

**CONTRATO**

**CONTRATO Nº:0026/2021**  
**DISPENSA Nº 359/2020**  
**Processo nº 25.239.000561.2020**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM**  
**A SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA**  
**PARAÍBA E A EMPRESA MANUELLA GLORIA**  
**AVELAR VERAS 03817931417.**

**CONTRATANTE – HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA**, CNPJ/MF N.º 08.778.268/0055-53, situado na Rua Professor Severo Rodrigues, S/N, Lote 845, BR 230, KM 36, Bairro Popular, Santa Rita - PB, CEP: 58.301-000, neste ato representado legalmente por seu Diretor Geral, **Sr. ANTÔNIO CAVALCANTI PEDROSA SOBRINHO**, brasileiro, inscrito no CPF n.º 009.100.554-08 e a empresa **MANUELLA GLORIA AVELAR VERAS 03817931417**, inscrita no CNPJ nº 18.368.351/0001-15, localizada no Rua Professora Maria Pessoa da Silva, nº 529, Cidade dos Colibris, João Pessoa - PB, neste ato representado por **MANUELLA GLORIA AVELAR VERAS**, brasileira(o), portador(a) do RG nº 2605460 SSP/PB e do CPF nº 038.179.314-17, doravante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, resolvem firmar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL**

1.1. O presente Contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) Lei Complementar nº. 101/2000.
- c) Lei Complementar nº. 123/2006.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

2.1. Os recursos financeiros necessários ao custeio do presente Contrato são da seguinte ordem:

-	Classificação	Funcional	Programática	-
25101.10.302.5007.4836.00000000287.33903900.27200	-	-	-	- reserva 1431

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

3.1. Constitui objeto do presente a **contratação de prestação de serviço MANUTENÇÃO, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO DAS CISTERNAS E CAIXAS D'ÁGUA E SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL** de acordo com as especificações da **Dispensa nº 359/2020**, a(s) faz(em) parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

3.2. **Descrição:**

ITEM	EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL



	Empresa especializada em limpeza e higienização de reservatórios de água potável	un	1	R\$ 3.897,00	R\$ 23.382,00
--	--	----	---	--------------	---------------

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 23.382,00 (vinte e três mil, trezentos e oitenta e dois reais)**, sendo a importância mensal de **R\$ 3.897,00 (três mil, oitocentos e noventa e sete reais)** correspondente à aquisição do objeto da presente, até o trigésimo dia após o atesto da Nota Fiscal faturada, mediante apresentação dos documentos de cobrança devidamente atestados pela autoridade competente.

4.2. Quaisquer taxas, impostos ou tributos fiscais, ou de outra natureza, que possam incidir sobre o presente Contrato, ou que tenham relação com serviço(s) realizado(s) ficarão a cargo da CONTRATADA.

4.3 No processamento do pagamento será retido 1,6% para o Fundo Empreender Paraíba, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Medida provisória nº 207, de 11/07/2013.

4.4. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, quando deverão ser mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a atualização financeira.

4.6. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a condição de não empregar trabalhador menor na forma da Lei nº 9.854, de 27.10.99. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, junto à Nota Fiscal, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão quanto à Dívida Ativa – ou outras equivalentes, na forma da Lei – expedidas, em cada esfera do Governo, pelo órgão competente;
- prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Prova da regularidade trabalhista – CNDT.

4.7. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser majorado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

4.8. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

4.9. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

4.10. Caso o pagamento não seja efetuado até 30 (trinta) dias, após o prazo previsto no item anterior, o valor será atualizado financeiramente pelo IPCA, a partir da data final do período de seu adimplemento até o seu devido pagamento.

4.11 O valor estabelecido no contrato não poderá sofrer reajustamento na forma do § 1º da Lei 10.192/01 c/c §1º do art. 28 da Lei nº 9.069/95

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas aqui avençadas e em obediência aos diplomas legais anteditos na Cláusula Primeira deste Contrato, notadamente na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, conjugado com o inciso XII, do artigo 55, da mesma lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. O controle e responsabilidade do serviço estão previstos no Projeto Básico nos Itens 5 e 6, em anexo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO MATERIAL**

6.1. O objeto do presente Contrato será prestado, mediante recibo, acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal-fatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1- A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Projeto Básico, o produto com avarias ou defeitos;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- k) As obrigações da contratada também estão previstas no Projeto Básico item 8 e 7 e deverão ser seguidas.

7.2 A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto;
- e) As obrigações da contratante também estão previstas no Projeto Básico item 9 e deverão ser seguidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGENCIA E EFICÁCIA**

8.1. O Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no diário oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, vedada à prorrogação do prazo, conforme art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES



9.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado assim considerado pela Administração, de execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

- a) advertência;
- b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a **CONTRATADA**, injustificadamente, ou por motivo não aceito pela Secretaria Estadual de Saúde, deixar de atender totalmente à Autorização de Fornecimento ou à solicitação prevista no presente instrumento contratual;
- d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com os demais órgãos que compõem a Administração Estadual, por até 05 (cinco) anos.

9.2. A justificativa para o não cumprimento da obrigação, não se aplicando a multa referida no subitem anterior, só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito.

9.3 O valor da multa, aplicado após regular processo administrativo, será descontado da **CONTRATADA**, observando-se os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

9.3.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o **CONTRATADO** obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contando da comunicação oficial.

9.3.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo **CONTRATADO** ao **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.4 Após o trigésimo dia de atraso, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Da decisão de aplicar a multa, são cabíveis os seguintes recursos, sem efeito suspensivo:

- a) pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão;
- b) recurso para a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidores responsáveis pelo controle, e que será designado para esse fim, na condição de representantes do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. O inadimplemento de cláusula ou condição estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

12.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/93, constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) atraso injustificado na execução do Contrato, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b) subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto acordado, bem como a associação da **CONTRATADA** com outrem, fusão, cisão ou incorporação;

12.3. À **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1. O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de cinco dias úteis do mês subsequente ao de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da **CONTRATANTE**, observando-se, sempre, as normas do Instrumento Convocatório para o processo licitatório, que se aplicam integralmente ao presente Contrato.

14.2. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, Estado da Paraíba, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato.

14.3. E por estarem avençadas, as partes assinam o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo consignadas.

Santa Rita, 12 de MARÇO de 2021.

*Antônio Pedrosa*  
DIRETOR GERAL  
Mat.: 187.750-0  
Hosp. Metropolitano Dom José Maria Pires

**HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES**

**ANTÔNIO CAVALCANTI PEDROSA SOBRINHO**

CPF nº 009.100.554-08

Responsável legal da CONTRATANTE

*Manuella Gloria Veras*  
**MANUELLA GLORIA AVELAR VERAS 03817931417**

Nome: MANUELLA GLORIA AVELAR VERAS

CPF: 038.179.314-17

Pela CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF nº: \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ-MF nº: \_\_\_\_\_